

REVISITANDO O TEMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL: os economistas liberais e planejadores urbanos progressistas em questão

Jorge Natal ¹

“Daí a urgência em retomar o fio da discussão interrompida, voltando ao [...] debate histórico sobre a viabilidade e os caminhos do desenvolvimento econômico nacional” (FIORI, 1999, p. 14).

RESUMO

Discussão sobre o tema desenvolvimento econômico nacional, com destaque de sua importância para o entendimento dos projetos nacionais em disputa, segundo duas vertentes analíticas: sua perspectiva histórico- estrutural e seu recorte escalar nacional. Passo seguinte, examina, a partir de uma perspectiva ideológica de esquerda, seus principais problemas, aduzindo-se aí alguns avanços analíticos (nesse ponto são excluídas as críticas – pesadas - provenientes de planejadores urbanos progressistas). Em terceiro lugar, consideram-se as críticas elaboradas pelos planejadores progressistas que, enfim, estão em acordo com as que foram feitas por intelectuais que denomina de neo - desenvolvimentistas. Por último, apresentam-se três movimentos analíticos: o da crítica dos intelectuais referidos aos planejadores urbanos progressistas; o da crítica da interação de planejadores progressistas com os economistas liberais; e o da defesa da necessidade do rompimento dessa aliança de modo a que ela venha a ser substituída pela ‘pavimentação de um caminho’ que articule planejadores urbanos progressistas e os denominados intelectuais neo - desenvolvimentistas.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Economistas liberais. Planejadores urbanos.

¹ O autor é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPURIUFRJ) e doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual (IE/UNICAMP-SP), e agradece os comentários do professor Wilson Cano, eximindo-o, por justiça, tanto dos eventuais erros quanto do núcleo das análises e concepções constantes no presente artigo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de incômodos intelectuais e de preocupações políticas presentes na trajetória acadêmico-profissional do autor nos últimos aproximados vinte e cinco anos. Cumpre informar o leitor desde logo que parte desses incômodos e preocupações resultam da sua formação acadêmica; a saber, a de economista educado na tradição do pensamento histórico-estrutural latino-americano e na da crítica da economia política, posto que nessas tradições o tema-título ocupava e continua ocupando centralidade analítico-reflexiva, o que nem de longe se coaduna com o debate acadêmico brasileiro dominante em todos esses (vinte e cinco) anos². Cumpre também informar, igualmente desde logo, que o autor exerceu sua militância acadêmico-profissional nos últimos dez anos no campo do chamado planejamento urbano e regional, e que nesse campo o tema-título supramencionado, notadamente entre parcela importante dos que se ocupam de problemáticas recortadas na 'escala' urbana e intra - urbana é, no mínimo, pouco marcado em suas análises.

Trata-se assim de situação extremamente incômoda na medida em que a discussão sobre o desenvolvimento econômico nacional continua sendo relevante, bem como 'produzindo', na sua ausência, número não desprezível de análises até mesmo ingênuas (diga-se, embora nem sempre), mas nem por isso politicamente menos perversas sob a ótica da práxis progressista ou mesmo de esquerda³.

Alongando as informações, o fato é que o tema desenvolvimento econômico nacional passou a ser discutido quase que na clandestinidade do pensamento social brasileiro, restringindo-se em sua maioria aos educados na tradição antes mencionada (notadamente, aos economistas), uma vez que de alguns analistas recebia apenas desprezo e de outros uma série de qualificativos que nem de longe corresponde à grandeza e à importância das suas contribuições ao nível do pensamento social latino-americano e, particularmente, do brasileiro. Como

² No que concerne à chamada Economia Política, como diz o autor da epígrafe, a expressão economia política do desenvolvimento constitui apenas um certo exercício de linguagem que, ao fim e ao cabo, não passa de mera tautologia (vide FIORI, 1999, p. 14). De fato, a Economia Política Clássica, em especial David Ricardo, assim como Marx, exemplificam em suas análises a perspectiva histórico-estrutural anotada e as macro-tendências da dinâmica capitalista.

³ Doravante o artigo referir-se-á a essas práxis apenas como progressistas. Quanto ao "embora nem sempre, diga-se", essa expressão diz respeito ao fato de que há, e não é preciso entrar em detalhes, claramente elaborações apresentadas em roupagens progressistas, mas que estão longe de serem efetivamente e que disto sabem seus autores.

expressões analíticas mais evidentes, observa-se pela direita, especialmente entre os economistas liberais ou neoclássicos, sua desconsideração e/ou ataques ferozes num 'mar' de análises conjunturais e de obsessões antiinflacionárias; e pela direita e por parcela não-desprezível de intelectuais progressistas mais voltados para estudos urbanos e intra-urbanos, ao lado de uma nítida e muitas vezes problemática convicção nas chamadas soluções locais, uma também ampla desconsideração do tema em exame⁴.

Tais práxis, predominantes nos anos oitenta e mais ainda nos noventa, acabaram contribuindo para o 'apagamento' do tema em tela e correspondente debate, que se equívocos expressou, igualmente expressou notáveis contribuições, insista-se, à reflexão intelectual e à ação política progressista. A impressão que fica é a de que se jogou fora 'a água do banho junto com a criança', e o que é pior, com a 'ajuda' até ingênua (embora nem sempre, reitere-se) de parte de intelectuais progressistas do campo supramencionado.

Para tal, elaborado na forma de ensaio, o artigo se encontra estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, procede-se a uma certa recuperação do debate sobre o tema desenvolvimento econômico nacional, procurando sublinhar a riqueza dos seus aportes ao entendimento e à definição dos grandes rumos da sociedade brasileira, tocando dois aspectos: sua perspectiva analítica histórico-estrutural e seu recorte escalar nacional; na segunda seção, procede-se a uma apreciação crítica, pela esquerda, dos seus principais problemas, excluindo-se os que são objeto da 'artilharia pesada' de planejadores urbanos progressistas, aduzindo-se aí avanços teórico-analíticos logrados-as observações críticas dos mencionados planejadores são consideradas na seção seguinte; na terceira seção, procede-se então à consideração das contribuições críticas de planejadores urbanos progressistas ao debate sobre o tema em pauta que, anote-se, estão em acordo com as interpretações dos intelectuais neodesenvolvimentistas⁵; na quarta seção, discutem-se as principais críticas que esses últimos procedem em relação a

⁴ Mais do que de ataque, até porque muitos dos estudiosos do urbano e do intra-urbano desconhecem o tema, o apontado se agrava no caso dos pesquisadores mais novos. Muito contribui para isso, embora não se possa generalizar, a presença marcante de geógrafos e principalmente de arquitetos e urbanistas que, por formação acadêmica, não são 'treinados' para o pensamento mais holístico e histórico-estrutural, e sim para as intervenções mais recortadas ao nível territorial.

⁵ Esses seriam os cientistas sociais, em sentido amplo, educados na tradição do tema, mas que fizeram as autocríticas que se faziam necessárias (a esse respeito, vide CARDOSO DE MELLO, 1987). Há entre eles, vale o registro, grande diversidade teórica e ideológica. Uma adição: essa discussão será mais esclarecida ao longo do artigo.

concepções de dados planejadores urbanos também progressistas, embora essa interlocução não seja claramente estabelecida; e, na última seção, de Considerações Finais, procede-se à crítica da união tácita dos economistas liberais e dos planejadores urbanos progressistas em face do tema-título deste artigo, defendendo-se que há plenas condições para uma interlocução que permita articular os últimos e os neodesenvolvimentistas; e mais: que essa ‘tarefa’ é verdadeiramente indispensável nesta quadra da vida brasileira e mundial⁶.

2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: uma certa apreciação histórica e teórica sobre o tema, e algumas das suas principais contribuições

As preocupações com os rumos da sociedade brasileira encontram-se presentes em autores diversos, em verdade, antes mesmo do século XX. Joaquim Nabuco, bravo e culto abolicionista, é exemplo notável. Já no século passado, todavia em seu início, também o são os modernistas dos anos vinte, exemplificados pelos que participaram da Semana de Arte Moderna de 1922 (Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, e tantos outros). Numa outra vertente, mais acadêmica, um pouco adiante no tempo, têm-se também notáveis contribuições (com as respectivas datas das suas primeiras edições), como o são, dentre outras, as de Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936), Caio Prado Júnior (1942) e Celso Furtado (1959), Todos empenhados em desvendar, cada um a seu modo e com maior ou menor ênfase, elementos como o homem brasileiro, o país e os possíveis devires da formação social em questão.

Mas a preocupação com o tema-título começa a ocupar papel na agenda pública nacional, até ou sobremodo, por causa das disputas em curso no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Para tal, no Brasil, contribuía a passagem de uma economia e sociedade eminentemente agrária para uma economia e sociedade mais industrial. Esse pós- guerra também demonstrava a diferença de dinamismo econômico entre os Estados Unidos da América e o restante do mundo, em especial frente os países que ainda apresentavam economias e sociedades de base agrária⁷.

⁶ Dado o novo ciclo de afastamento dos níveis de geração de riqueza e das condições de vida em curso em várias nações do mundo.

⁷ O debate que se seguiu posteriormente, como não podia deixar de fazê-lo, acabou examinando as experiências industriais da passagem do século XIX para o XX que, sabidamente, arrancaram de configurações sócio - econômicas fundamentalmente agrárias, tornando-se mesmo assim, e rapidamente, potências industriais, ou ainda, paradigmas da chamada Segunda Revolução Industrial.

Cumpra, ainda, sublinhar os cursos da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL) que, dentre outras disciplinas, além da de 'Contas Nacionais', 'Política Econômica', 'Análise de Projetos' e 'Planejamento', começou a oferecer o ensino da disciplina Desenvolvimento Econômico. Tudo isso, por conseguinte, concorreu para a imediata criação de cursos de Economia e para que neles fosse inserida a disciplina/temática em questão (a do Desenvolvimento Econômico).⁸ Enfim: havia muito que prospectar de informações, analisar, explicar [...] Talvez cometendo certo exagero se possa dizer que essa temática, embora não exclusivamente, passou a encontrar na Economia seu principal abrigo intelectual-acadêmico. Teria mesmo passado a ser tema privilegiadamente de economistas e/ou a ser tratado segundo abordagens em que a Economia desempenhava papel central (?).

Dado o recorte apontado, o que segue se apóia numa seleção de autores e escolas que, arrancando dos últimos anos quarenta e se estendendo até os também últimos anos setenta, tem como preocupação central os “rumos da sociedade brasileira”, ou mais especificamente a própria temática do desenvolvimento (mais até do que apenas econômico),⁹ inscrevendo-se, ainda, de maneira geral, no campo do pensamento social crítico (há aqui certa generalização indevida, como se observará logo adiante). Através de tais autores e escolas, selecionados e no tempo, é possível apreender um pouco da história da formação social brasileira (e, conseqüentemente, sobre o tema-título, agora já 're-nomeado'); eles são os seguintes: o debate dos anos quarenta entre o industrial Roberto Simonsen, de um lado e, de outro, o professor e defensor dos interesses representados/ expressos pelo setor primário Eugênio Gudín; as análises da Comissão de Estudos para América Latina (CEPAL), lançadas ao final dos mesmos anos quarenta e com práxis datada principalmente dos anos cinquenta, que 'nasceram' orientadas pelo desiderato da elaboração de uma nova teorização que, por sua vez, embasariam a formulação de políticas capazes de retirar os países subdesenvolvidos dessa condição; as análises da chamada Escola da Dependência, com ênfase no aporte de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto, dos anos

Acesse respeito vide, especialmente: “As origens sociais da ditadura e da democracia”, de Barrington Moore, de 1967; e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, publicado originariamente em 1899 (a edição consultada pelo autor é de 1982).

⁸ Sem o adjetivo nacional; mas claramente inspirada na necessidade social de se pensar o Brasil de forma grande, sua história, suas características de então e seus possíveis futuros.

⁹ O que leva este autor a operar, desde aqui, com o termo desenvolvimento, sem o qualificativo econômico para fazer mais justiça com os autores e escolas que apoiarão a análise que segue.

setenta (CARDOSO; FALLETTO, 1970), que buscaram explicar porque as promessas dos autores filiados à tradição teórica da CEPAL não se concretizaram; e, por último, os aportes da igualmente chamada Escola de Economia de Campinas (Unicamp), datados fundamentalmente da mesma década, que não apenas procedem a partir de dentro a crítica da análise da mencionada Comissão, como a da própria dependência, em uma elaboração que, a bem da verdade, as transcende.¹⁰

2.1 Os marcos histórico-estruturais das análises sobre o desenvolvimento brasileiro

Mesmo sendo a análise do decano dos economistas brasileiros, o professor Eugênio Gudín, plena de ideologia conservadora política (conforme o liberalismo da virada do século retrasado) e teórica (dada a sua inspiração neoclássica), ela ‘entendia’ o Brasil como uma totalidade social produzida historicamente; melhor dizendo, esse autor entendia e defendia ser a burguesia agrária que se formara no país, particularmente a exportadora, o sujeito que permitiria, numa dada divisão internacional do trabalho, a construção de uma economia dinâmica e de uma sociedade próspera.¹¹ Voltando ao ponto: havia em embrião na análise de Roberto Simonsen uma dada perspectiva histórica, de estrutura e dinâmica social, que lhe indicava que o ‘caminho’ para o desenvolvimento ‘passava’ pela industrialização nacional comandada pela burguesia brasileira¹² e que, assim sendo, os ‘tempos modernos’ de então, quer ao nível do país quer a nível internacional, não eram mais os da agricultura, em especial do café, mas sim os da indústria. Por fim, anote-se que se não havia nesses autores uma visão plenamente orgânica e científica de processo, sem dúvida havia um ‘sentimento’ da mudança em curso: um querendo que ela fosse contida (Gudín) e o outro que ela avançasse (Simonsen).

¹⁰ Esses autores, escolas e temáticas serão ‘localizados’ e explicados mais amiúde nas páginas seguintes; o fundamental a ser anotado diz respeito ao fato de que alguns trabalhos de autores pertencentes a essa Escola, em verdade seus fundadores, datam da década anterior (60’s), como são os casos de Carlos Lessa e Maria da Conceição Tavares, para citar apenas dois dos seus mais notórios e notáveis mestres.

¹¹ Faltava-lhe apenas, dado o modelo de livre concorrência em que apoiava seu raciocínio, também invocar a moderna (sic) teoria do Bem-Estar e o Ótimo de Pareto.

¹² Da qual ele era um dos seus mais proeminentes líderes, tanto que veio a se tornar o primeiro presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

A análise da CEPAL,¹³ ao recortar o mundo em centro e periferia, apreendia essa conformação como resultante da distribuição desigual dos frutos do progresso técnico, dado à reiteração no tempo de uma determinada divisão internacional do trabalho; daí porque logo ao início da sua formulação parte ‘para o ataque’ à chamada teoria (tradicional) do comércio internacional, posto que para ela, CEPAL, e com correção, essa teoria fora elaborada apoiando-se na antiga e conservadora tese de David Ricardo sobre as vantagens comparativas derivadas das especializações. Mais detidamente: ao examinar a realidade latino-americana, a CEPAL percebia que essas sociedades eram marcadamente e de longa data exportadoras de produtos primários e que, caso quisessem almejar crescimento econômico conjugado com distribuição de renda e autonomia nacional, precisariam romper com as orientações do pensamento neoclássico que asseveravam que o livre mercado, através das trocas especializadas em nível mundial, ‘produziriam’ o melhor dos mundos. Nesses termos, para mudar os rumos da história, seria preciso disputar teórica, política e discursivamente com aquele projeto e forças sociais, contrapondo a eles um outro projeto que, aí sim, no entendimento dessas forças pró-industrialização, seria efetivamente de cunho nacional. Por conseguinte, o desenvolvimento tão somente seria possível se suas configurações societárias, constituídas historicamente, fossem objetos de lutas sociais orientadas para a mudança no sentido da afirmação de um macro - projeto nacional que, miticamente ou não (não cabe aqui discutir esse aspecto), seria o da industrialização alicerçada no planejamento governamental e mesmo na participação do Estado ao nível da produção (caso fosse preciso).

A análise da dependência formulada por Cardoso e Falletto (1970) também busca na perspectiva histórica a explicação para a ‘produção’ de uma estrutura societária que seria, antes de tudo, dependente¹⁴. Explicando: eles buscaram mostrar que historicamente houve a ‘produção’ de uma série de laços (anéis), em especial os de natureza econômica que, na sua reiteração temporal, conservada ou transformada, assegurariam nos âmbitos internos das várias formações sociais latino-americanas a reprodução dos grandes interesses dos

¹³ Essa Instituição foi criada, no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1948.

¹⁴ Vale observar que as concepções de dependência econômica dos autores cepalinos de primeira hora’ e também de dependência social antecedem FHC/EF; ver a respeito, em trabalhos diversos, Celso Furtado e Aníbal Pinto, O que os dois primeiros autores fizeram foi, sobretudo, inserir as classes sociais ao nível da análise e conferir maior visibilidade a essa discussão; mas seu fulcro, vale insistir, se encontra desde cedo nos ‘velhos’.

capitalismos 'centrais'. Mais: que a dependência seria o conceito mais adequado para o exame da inscrição do país na ordem capitalista mundial, e não os de periferia e subdesenvolvimento (daí a qualificação 'apenas' de injustos e não de subdesenvolvidos); e que a dependência seria 'autônoma' dos regimes políticos, e do nível de crescimento econômico e do perfil da distribuição de renda¹⁵. Da mesma forma Frank (1969), Santos (1970) e Marini (1972), à esquerda dos dois primeiros autores, nem por isso mais corretos, entendiam que não apenas países como o Brasil e tantos outros eram dependentes, mas que essa dependência se reiterava no tempo por uma espécie de conluio estabelecido no 'centro' que lhes obstava qualquer dinamismo econômico na medida em que extraíam todos os excedentes econômicos que geravam (dada a sua, deles, relativa estagnação). Conseqüência lógica da análise: não restaria às forças progressistas do 'terceiro mundo' outro 'caminho' que não 'perder sua inocência' quanto às possibilidades de alguma aliança com as burguesias nacionais, razão pela qual deveriam partir diretamente para a luta pelo socialismo.¹⁶ Além disso, e por causa, defendiam que essa luta pelo socialismo já exigia, generalizando, talvez indevidamente, uma dada forma de luta, a armada, dado que a ditadura seria, para efeito da extração de excedentes econômicos da 'periferia', o único arranjo político possível e duradouro que o centro tinha ao seu alcance para continuar 'sangrando-a'. Essa visão evidenciou-se equivocada como mostraram os dois autores mencionados no início deste parágrafo e, mais tarde, Maria da Conceição Tavares, então em companhia de José Serra.¹⁷ Malgrado as críticas que possam ser feitas aos dois primeiros conjuntos de autores, o fato que é, todos eles, pensavam a realidade brasileira de modo histórico-estrutural e holisticamente.

Cardoso de Mello e a maioria dos economistas do antigo Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (DEPE/UNICAMP) seguem a mesma 'trilha': a da perspectiva histórico-estrutural. Cardoso de Mello, mas também Conceição Tavares, Carlos Lessa, Sérgio Silva, Wilson Cano, dentre outros, tem como fio analítico, embora não explícito, a categoria formação social brasileira que, como se sabe, antes de mera concreção do modo de

¹⁵ Esses últimos aspectos serão tornados mais claros nas páginas que seguem.

¹⁶ Sobre a aliança com as burguesias nacionais: o próprio termo nacional-desenvolvimentismo enuncia certo projeto e a aliança então julgada necessária por parcelas significativas das esquerdas brasileiras. Havia um sentido 'etapista' na elaboração reflexiva e discursiva, tendo concorrido para tal, decisivamente, a força política do antigo Partido Comunista Brasileiro.

¹⁷ Sobre este último trabalho vide o famoso "Além da estagnação".

produção capitalista, expressa sociabilidades extremamente complexas, posto que multifacetadas e amplamente determinadas. Acrescente-se que há neles, os autores anotados, além da marcada preocupação com a história da formação social brasileira, apoios fundamentais ‘recolhidos’ nas obras e reflexões dos pais do pensamento social crítico mundial (Marx, Keynes, Schumpeter), o que lhes permite reconhecer, simultaneamente, tanto o que há de geral quanto o que há de singular na formação em estudo e, nesse sentido, sua complexa articulação, contraditória, para dentro e para fora. E é exatamente por isso que rejeitam o determinismo externo do tipo ‘centro’ sobre ‘periferia’, posto que ele negligenciaria as forças internas que conferem garantias à reprodução dos interesses do primeiro, como os seus próprios interesses, o que os leva, assim, nesse aspecto bem determinado, a dar razão a Cardoso e Falletto.¹⁸ Todavia eles se vêm obrigados a buscar uma nova elaboração na medida em que a base teórico-econômica desses autores continuou sendo a mesma da CEPAL, ‘oscilando’ marcadamente entre a teoria neoclássica e certo ‘keynesianismo’.¹⁹

Explicando: essa base teórica levava ao entendimento equivocado do sentido da periodização adotada,²⁰ a saber: da industrialização capitalista em marcha desde o final do século XIX, e das próprias e complexas relações dinamicamente estabelecidas com os centros dominantes do capitalismo mundial. Não é à toa que Cardoso de Mello assinala que “a história brasileira e latino-americana é a história do capitalismo, (sendo ela) simultaneamente a história de nosso capitalismo” (CARDOSO DE MELLO, 1987, p. 186), e que por isso mesmo as páginas do futuro continuam abertas, por serem escritas, apesar das limitações historicamente ‘construídas’, como o seria a estabelecida pela simples noção derivada da dependência.

¹⁸ Não obstante o anotado cumpre assinalar que há diferenças de perspectivas entre eles, posto que, particularmente para Cano, há elementos de conformismo em suas análises (da chamada Escola de Campinas), com as quais ele não compartilha.

¹⁹ Este aspecto, o da base teórica, será devidamente examinado logo no início da Seção II. Vale sublinhar: o autor refere-se aqui, fundamentalmente, a Gudin, e aos autores da dependência em exame, posto que esses últimos buscaram articular uma certa sociologia das classes sociais com a velha base teórica neoclássico-keynesiana.

²⁰ A ‘solução’ veio pela consideração das relações sociais de produção, do ‘estágio’ do desenvolvimento das forças produtivas, bem como da dinâmica da acumulação de capital, que permitiram, em seu conjunto, a compreensão mais profunda e devida da natureza do processo em curso e, passo lógico seguinte, das ‘etapas’ da afirmação capitalista no país —‘coisa’ que a base teórica empregada pela dependência de FHC e Falletto não permitia, como derivava do emprego da categoria substituição de importações, por exemplo, adiante compreendida como conceitualmente limitada (Cf. TAVARES, 1987).

2.2 Os marcos escalares das análises sobre o desenvolvimento brasileiro — ou sobre a necessidade de se pensar o país como uma realidade única, não obstante sua enorme diversidade societária (espacial, etc.)

Gudin e Simonsen se ‘digladiam’ em vista dos dois grandes projetos nacionais então em disputa: o da vocação agrária, comandado pela burguesia agrária brasileira e defendido pelo primeiro; e o da industrialização nacional comandado pela igualmente brasileira burguesia industrial e defendido pelo segundo. Nesse debate, para além das inspirações teóricas sobre as quais os dois autores se apoiavam (mais claras para o primeiro, de corte liberal-neoclássico e menos claras para o segundo,²¹ de corte ‘intervencionista’), sublinhava-se um fato: ambos ‘liam’ o país como uma totalidade que deveria ser orientada por um único macro-projeto nacional, do tipo ‘associado’ para o primeiro e do tipo autônomo para o segundo. De outra forma: a visão histórica de ambos os conduzia a uma percepção, a da necessidade da disputa e definição na escala nacional de um determinado ‘projeto de referência’ para o conjunto do país.

Com a Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL), como anota Cardoso de Mello (1987, p. 21), busca-se “[...] explicar a natureza do processo de industrialização que eclodira, entre 1914 e 1945, em vários países, desnudar sua possível trajetória e desvelar os problemas que enfrentaria se quisesse ter êxito e sugerir políticas econômicas que fossem aptas a superá-los.” O corte clássico adotado, de centro e periferia, era a prova concreta de que havia países com determinadas características e de que a última condição, a de periferia, em que pesem as muitas críticas que poderiam desde logo ser efetuadas quanto a essa ‘modelagem’/conceituação, implicava em orientação ou mesmo determinação a partir de fora. De outra forma: havia em seu plano analítico um pensar que tinha como fuicro um determinado recorte, o da escala nacional, e dada a sua condição de periferia, apesar das flagrantes diversidades societárias nela existentes, havia também um propor que implicava na definição de um projeto nacional de referência que operasse, pelo menos supostamente, como contraponto à lógica e aos interesses do ‘centro’.

A terceira contribuição ao debate é a que ‘nasce’ com a chamada Escola da Dependência. Centrando analiticamente o que segue no aporte de Cardoso e

²¹ Pensa-se aqui no fato de industrialização ser pensada, sobretudo, como adensamento de uma dada função de produção em termos do fator capital vis-à-vis do fator trabalho.

Falsetto, para eles, o que conferia identidade à formação social brasileira era a dependência e, em vista desse traço histórico-estrutural, 'ela' nem estaria condenada à estagnação econômica²² nem a viver permanentemente sob ditaduras político-militares²³, nem tampouco, ainda, a expressarem inteira e reflexamente os ditames externos, como era próprio da análise da CEPAL²⁴. Nessa perspectiva, malgrado os problemas encerrados também aqui (como se mostrará no parágrafo seguinte), havia uma leitura que indicava dada comunalidade reflexiva com as anteriores, a bem dizer, a de que o país expressava uma natureza que seria incompreensível sem a consideração primeira dos seus sujeitos e processos internos, constituídos histórica e nacionalmente, ainda que em vinculação 'dependente' com seus congêneres externos. Há aqui, apesar da dificuldade de os autores se referirem ao termo projeto nacional, dada a própria natureza da análise da dependência defendida por ambos, uma interseção analítica: eles também liam o país como uma totalidade, e em movimento.

A quarta contribuição ao debate é a que 'nasce' com os economistas da Unicamp, notadamente a partir da publicação de *O Capitalismo Tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello. Nesse trabalho, o autor (CARDOSO DE MELLO, 1987) mostra sua transcendência em relação aos aportes da CEPAL, como também em relação aos aportes da dependência (embora valorize essas contribuições). Não obstante, efetua críticas. De maneira sintética: a de que, apesar do vezo progressista das análises histórico-estruturais e proposições oriundas ou inspiradas pela CEPAL, elas deixaram de romper com o arcabouço neoclássico, o que as levou a perder de vista o real significado da industrialização capitalista; e, da mesma forma, a de que a inclusão da dimensão classes sociais e o destaque hierárquico-analítico conferido aos elementos internos dos países conceituados dependentes, conforme Cardoso e Falsetto (1970), em um 'modelo' analítico-econômico como o da CEPAL, constituía 'apenas' meio caminho para uma re-análise mais consentânea e fecunda acerca das realidades que examinaram. Por que? Porque se fazia necessário elaborar uma periodização amparada em novas bases conceituais e

²² Como derivava de diversas leituras, inclusive da de mestre Celso Furtado, ou da leitura dos teóricos da dependência de esquerda (Frank, Santos e Marini).

²³ Vide, neste caso, especialmente Mauro Marini.

²⁴ E presente no conceito de periferia, em sua interação/enfrentamento com o 'centro'. Mencione-se, ainda, a bem da verdade, que a perspectiva do desenvolvimento dependente e associado, por suposto, não elimina os determinantes externos.

analíticas na medida em que tão somente assim se poderia afirmar que o Brasil, em particular, e, no geral, a própria América Latina eram formações sociais singulares marcadas pelos seus pontos de partida econômicos (economias mercantis) e pelos seus momentos de articulação com as grandes transformações operadas no capitalismo 'central', mas nem por isso inviáveis. Daí porque novos conceitos, novas periodizações, novas abordagens, sempre pensadas enquanto formações sociais que se produzem e se reproduzem na interação entre o nacional e o mundial hegemônico, o que torna muito mais complexas suas lutas libertárias, nem por isso, insista-se, as deixa confinadas a uma situação de conformação e de quase impossibilidade de sonharem sonhos coletivos e nacionais como, ao fim e ao cabo, deriva da análise da dependência.

Resumindo: havia em todos os debates, autores e escolas partícipes uma leitura que era a de reconhecer que o país, antes de ser a concreção histórica da abstração conceitual do modo de produção, seria uma formação social e que, assim sendo, expressava e requeria ser pensada como uma totalidade em movimento, quer dizer, como uma estrutura societária, historicamente determinada, e pensada em escala nacional e na sua interação efetiva com as grandes correntes das transformações mundiais.

3 O TEMA DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: limites e avanços teórico-analíticos

A par das contribuições sucintamente examinadas não há dúvida de que a trajetória do tema expressou diversos problemas conceituais e analíticos. É desses limites, mas também de alguns dos seus avanços que se tratará em seguida.

Um primeiro problema diz respeito à base teórica neoclássica de algumas das reflexões sobre o tema, a saber: Gudín, CEPAL e até mesmo a dependência de Cardoso e Falletto. De outra forma: se no primeiro não surpreende que idéias de ajuste e de equilíbrio sejam basilares, cumpre ter em conta que conceitos como os de fatores e funções de produção, bem como os de poupança (entendida como prévia ao investimento) são freqüentes nos trabalhos da segunda (a CEPAL). Nessa abordagem é provável que o mais problemático seja o emprego do conceito de fatores e de funções de produção na medida em que eles a teriam levado a 'ler' industrialização como mera elevação da dotação do fator capital e simultânea diminuição da dotação do fator trabalho. Também a análise de Cardoso e Falletto

acabou prisioneira dessa 'leitura', posto que não rompeu, e radicalmente, com o 'modelo' econômico da CEPAL, de extração teórica neoclássica²⁵, o que não lhes permitiu construir uma definitiva crítica dessa abordagem (se é que efetivamente tinham essa intenção?). Em verdade, o salto de qualidade teórico-analítico se dá quando da publicação por Cardoso de Mello de *O Capitalismo Tardio*. Da forma que segue: para ele, em coro com Marx, industrialização não é mera mecanização de processos produtivos, mas sim a afirmação de forças produtivas e de relações sociais de produção capitalistas, assim como de uma dinâmica de acumulação de capital que também o seja.²⁶ Por conseguinte, nada mais distante do entendimento da montagem de uma dada função de produção neoclássica mais adensada no fator capital vis-à-vis do fator trabalho. Nesses termos, re-pensar o desenvolvimento econômico hoje ou mesmo os atuais processos de industrialização exige, por serem dinâmicos, conceitos e métodos que lhes sejam compatíveis, o que a base teórica em exame não o é; não o é porque seus conceitos e métodos como expressos no paradigma de equilíbrio e no modelo/método da estática comparativa negam o tempo, os processos sociais, enfim, a história.

Um segundo problema, correlato ou derivado do anterior, diz respeito ao entendimento do conceito desenvolvimento econômico. Possivelmente, para Roberto Simonsen, industrialização seria entendida como mecanização, em terras brasileiras, dos processos produtivos, embora não levada adiante apenas pelas forças de mercado; ademais, ela seria mais dinâmica vis-à-vis de uma economia tributária do setor agrário-exportador e, sobretudo, conferiria maior autonomia externa para o país. Certamente para a CEPAL, o termo industrialização também seria, ao fim e ao cabo, mecanização dos processos produtivos²⁷; mas, para além do anotado, traria consigo, e miticamente, a eliminação da fome, da miséria e do

²⁵ Vale anotar que para alguns dos seus fundadores, e participantes mais imediatos, a velha CEPAL seria bem mais que progressista de coração', sendo ela, também, do ponto de vista teórico, pelo menos keynesiana, num jogo de enfrentamento com os EUA, que a proibia de qualquer veleidade esquerdista.

²⁶ A Inspiração marxista aqui é mais do evidente. A esse respeito vide os capítulos 10 a 12 do livro do Livro 1 de *O Capital*, que Belluzzo, em sua tese doutoral, define como sendo aqueles que tratam da 'gênese das forças produtivas capitalistas'. Do mesmo modo, vide *O Capital* — Livro 1, Capítulo VI (inédito), em especial o tem 1, intitulado "Resultado do Processo Imediato de Produção, de Marx (1978).

²⁷ Insiste-se nessa argumentação ou entendimento em vista da força do pensamento neoclássica, da noção subjacente em muitas análises cepalinas ou nelas inspiradas da chamada função de produção neoclássica. Vale anotar, em adição, que o Marx 'mais economista' de *O Capital* apenas passou a ser efetivamente lido e apreendido a partir os anos setenta. Dai o recurso, problemático, de categorias como a de função de produção - presente até mesmo em mestre Celso Furtado.

analfabetismo e, não fora bastante, ainda permitiria a construção da nação. Talvez para Fernando Henrique Cardoso, a industrialização não produzisse necessariamente todas essas ‘maravilhas’, posto que tudo dependia — conforme a leitura desses autores — do crivo rigoroso da conjuntura social e da estreiteza de movimentos estruturais determinados pela dependência. Por conseguinte, graças à relativa limitação da visão de Simonsen à visão até ingênua da CEPAL (assertiva que apenas hoje se pode fazer; o que nem de longe minimiza a valorização de que ela estava alinhada com o que havia de mais sofisticado em termos analítico e progressista na América Latina) e à visão pragmático- conservadora acerca dos limites da industrialização em uma situação estrutural de dependência, como resulta da leitura de Cardoso, resta considerar então a visão da Escola de Campinas. Em que sentido? No sentido de mostrar que o desenvolvimento identificado com industrialização, naquelas condições, era apenas a afirmação da generalização de relações mercantis e que ela não tem (e nem tinha porque ter) qualquer compromisso com a erradicação da miséria das massas e com a construção nacional, podendo até agravar o quadro societário de marginalização social e de ‘dependência’, conforme o ‘estágio’ das lutas sociais. Nesses termos, resulta claro que não há o que buscar a não ser do ponto de vista da crítica teórica e ideológica no “*mainstream*”, nem que confundir desenvolvimento com industrialização na sua feição capitalista, até porque, como já ensinaram diversos autores (vide, por exemplo, KALECKI, 1977), não existe qualquer relação mecânica, teórica e prática, entre geração de renda e sua distribuição, e, por último, também que confundir industrialização com a construção nacional, podendo mesmo, como foi o caso, ela se dar apofundando o nível de internacionalização da economia, do seu território, do país, enfim (através de padrões de consumo e mesmo das formas de ver a vida societária, etc.).

4 PLANEJADORES URBANOS E O TEMA DESENVOLVIMENTO: contribuições críticas e seus limites

Como já foi dito, há planejadores urbanos progressistas que, por diversas razões, algumas pertinentes, possuem dificuldades em lidar com o tema

desenvolvimento.²⁸ Suas principais críticas são as seguintes: uma delas é a de que ele diria respeito tão somente ao avanço das relações capitalistas, no caso, nos países subdesenvolvidos; uma outra seria a de que os 'desenvolvimentistas' conferiram centralidade ao Estado e ao Planejamento Governamental e que esses seriam sempre do tipo autoritário e tecnocrático; e, uma terceira, seria a de que os desenvolvimentistas, por operarem apenas no plano macro, teriam perdido de vista os micro - lugares, outras escalas, logo, sujeitos diversos, notadamente os que poderiam levar, a partir de baixo, ao reforço da democracia/cidadania. Dessas críticas se tratará, em seguida, procurando mostrar que parcela significativa delas também é compartilhada por muitos cientistas sociais educados na tradição à qual se filia o autor, o que não quer dizer que elas devam, nem de longe, ser minimizadas (pelo contrário).

A primeira crítica entende que o tema desenvolvimento nasceu sob o signo do avanço das relações capitalistas. De fato, no pós- Segunda Guerra Mundial o tema entrou na agenda sob a égide dos notórios interesses do 'centro', em especial dos Estados Unidos da América (EUA), preocupados que estavam com a experiência chinesa (de 1949), com os avanços da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sua possível transformação em paradigma para experiências sociais transformadoras e de fuga ao modelo capitalista das maiorias mundiais subdesenvolvidas. Mas exatamente pelo que veio de ser apontado, cumpre observar que o estudo sobre o tema levou muitos analistas a considerarem experiências diversas de desenvolvimento, inclusive de países que arrancaram rumo à industrialização sem praticamente nenhum avanço industrial prévio e também de países que buscaram formas de sociabilidades novas fora dos marcos das economias e sociedades orientadas pelos valores do capital.

Avançando um pouco mais a análise, dir-se-ia que a visão de que as reflexões e as práticas relativas ao desenvolvimento nasceram sob o signo de bases teóricas conservadoras e orientadas para o avanço das forças capitalistas é apenas parcialmente verdadeira (talvez refletindo certas dificuldades metodológicas e de práticas profissionais de alguns dos militantes da área, mesmo quando progressistas). A realidade é que a Economia Política Clássica e sua Crítica (de

²⁸ Deixar-se-á de discutir neste artigo o fato de alguns apoiarem suas práxis em uma concepção mais internacionalista acerca das lutas sociais.

Marx) mostram que, como apontou Fiori, o termo Economia Política do Desenvolvimento é mais uma força de expressão do que uma conceituação rigorosa na medida em que consiste em pura tautologia. Por que? Porque a economia política ‘nasceu’ sob o signo da busca pela explicação da natureza do capitalismo originário e, com Marx, da explicação da sua gênese e desenvolvimento, no sentido da compreensão dos seus elementos mais gerais e constitutivos e, nem por isso, isentos de contradições e antagonismos; portanto, como elaboração portadora e indicativa, no concreto, de novas possibilidades históricas, daí porque sua remissão, desse último autor, às formas como sinalizadoras’ do quanto há de possibilidades sociais transformadoras no que concerne às chamadas formações sociais concretas. Nesses termos, o fato de o tema aparecer como disciplina autônoma (Desenvolvimento Econômico), logo no pós-guerra (1945), num jogo de pressão claramente dominado pelos EUA, não deve levar à confusão da sua manifestação como temática com o que há de mais profundo e anterior, aliás, expresso pelo próprio Marx e, como apontado, também em experiências posteriores àquelas da passagem do século XIX para o XX.

A segunda crítica entende que as análises sobre o tema e os desenvolvimentistas conferiram papel central e indevido ao Estado e ao Planejamento (vide CEPAL). Mais: que, apesar de serem progressistas ou não suas inspirações, elas seriam autoritárias e tecnocráticas, sendo que no caso brasileiro, mas certamente em todos os países latino-americanos que estiveram sob ditaduras político- militares em parte da segunda metade do século passado, esse fato teria sido marcante. E trivial que esse Estado e o Planejamento que dele emanava merecem s mais contundentes críticas possíveis. Pela esquerda, é comum e inteiramente correto se dizer que eles foram instrumentos da contenção de avanços democráticos e do exercício progressista.²⁹ Mas isso não significa igualdade de

²⁹ Mas a essas críticas aduziram-se outras, e pela direita, a saber: a de que, em coro como que ocorre em boa parte do mundo e a partir da entrada dos últimos anos setenta, ele sena mal-gerente e, por conseguinte, ineficiente, como também óbice para a ótima alocação de recursos na medida em que enrijecia o sistema de preços (viva a concorrência!); a de que, menos teórico-ideologicamente que a primeira, logo mais disfarçada, posto que sob o manto de um suposto pragmatismo, qual seja, ode que o Estado não tem dinheiro ou de que o mundo (atual) seria assim mesmo, não haveria caminhos alternativos, sendo assim inexorável o desmonte do antigo Estado do Bem-Estar Social (ou não, ou a meio termo). Todos sabem que a literatura mais conservadora foi pródiga, e ainda o é, em ataques às políticas de cunho keynesiano e ao Estado do Bem-Estar Social, ou fordismo, como preferem outros, sob o argumento de que foram exatamente o Estado e sua intervenção na economia que impediram que o mercado pudesse produzir sua bela obra. Quanta impostura!

ponto de vista com a tese de que o desenvolvimento nacional requeira sempre planejamento estatal levado a cabo sob o manto da tecnocracia e do autoritarismo. Isso significa que afinal é possível que ele se realize também em condições mais ou menos democráticas e não necessariamente como ocorreu no Brasil, em especial durante o ciclo político-militar.

A terceira crítica entende que haveria um terceiro problema, vinculado aos anteriores, e que seria o seguinte: o tema desenvolvimento, em vista da sua concreção em parcela da América Latina e, em especial no Brasil, ao situar-se na escala macro-nacional, teria levado à perda de visão dos processos mais micro-sociais e, ao mesmo tempo, em sua interação com a práxis autoritário-tecnocrática, a fazer “tabula rasa” das possibilidades transformadoras e progressistas em curso nos diversos lugares da formação social em questão. Entende-se aqui que essa crítica é inteiramente procedente. De fato, escalas maiores tendem a levar à perda, analiticamente, dos micro-processos e sujeitos que, de alguma forma, ‘iluminam’ e dão sentido ao todo. Havia nessa perspectiva, segue a crítica, também certo voluntarismo que derivava da crença de que uma grande idéia, formulada, de cima para baixo, moveria o país rumo ao desenvolvimento. E esse fato, é trivial, reforçou a visão de que o Estado e seu Planejamento Governamental seriam os únicos elementos capazes de conduzir o país rumo ao crescimento econômico, com melhoria das condições das grandes majorias populacionais, e ainda à construção de uma nação civilizada nos trópicos.

Aceitas as críticas quanto ao caráter salvacionista, autoritário e tecnocrático, e a conseqüente desconsideração de sujeitos e processos sociais que são essenciais para balizar ações fundamentadas e conseqüentes, há também aqui uma divergência, a saber: a de que o reconhecimento da pertinência dessas críticas não deveria implicar na desconsideração da discussão sobre a ‘produção’ social, coletiva e democrática, sobre os grandes rumos a serem emprestados à formação social brasileira (o que já se chamou antes de macro-projeto nacional de referência), a menos que se acredite que a valorização da micro - política permita o surgimento de tantas soluções locais quanto o são, numa certa caricatura, por exemplo, os municípios brasileiros, ou que a ‘grande solução’ seria uma espécie de somatório das micro - soluções.

5 APROFUNDANDO CRÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA A PLANEJADORES URBANOS PROGRESSISTAS

Que ideólogos burgueses, muitos formados com o dinheiro público, comunguem e façam propaganda do modelo neoliberal, que se entreguem à sanha do mercado e ignorem inteiramente os países e os considerem ‘mercados emergentes’, ainda mais nesta quadra da vida mundial, incomoda, e muito. Mas é melhor deixar essas tristes figuras de lado. Por que? Porque o incômodo maior mesmo vem do fato de setores progressistas ‘abrirem mão’ da discussão e devida referência atinente à definição de algum macro-projeto nacional de desenvolvimento. Importa mais, desse modo e momento, buscar alguma interlocução com parcela dos intelectuais progressistas atuante no campo do planejamento urbano, qual seja, aquela que também ataca o tema e os ‘desenvolvimentistas’ ou, como os economistas liberais conservadores, os ignoram, tema e interlocutores, prestando assim, no entender deste autor, um desserviço à reflexão intelectual e à construção de um futuro no mínimo menos perverso socialmente. Para tal, parece necessário retomar parcela das considerações constantes nos itens 2, 3 e 4 deste ensaio:

A primeira delas é a de que a visão histórico-estrutural valorizada pelos primeiros não o é, de maneira geral, nas análises desenvolvidas no campo dos estudos urbanos, o que, dentre outras evidências, se expressa nas estruturas dos seus cursos de pós-graduação³⁰. O afã de intervir leva a essa práxis que, nesses termos, indica duas possíveis confissões, alternativas ou não, a saber: a de que o pensamento histórico-estrutural é no limite irrelevante, o que representa uma ignorância completa (no sentido do desconhecimento); ou ainda: a de que as ações sobre o território partem de uma dada consciência, a de que não há como elas deixarem de ser pontuais e limitadas. Restariam assim lugares sem história e o afã, muitas vezes até bem intencionado, em intervir, principalmente ao nível das morfologias a serem inscritas ou modernizadas ao nível territorial, como é de maneira geral caro a arquitetos e urbanistas, o que, não resta qualquer dúvida, mostra-se deveras limitante quer do ponto de vista da análise quer do ponto de vista da própria ação política, tão valorizada por planejadores urbanos progressistas.

³⁰ Salvo engano, com a exceção do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o do NESUR/Unicamp, há uma escassa discussão disciplinar sobre a história da formação social brasileira, bem como sobre a economia e a sociedade brasileiras, e a mundial.

A segunda delas é a de que a visão mais holística e ‘pensada’ na escala nacional valorizada pelos primeiros não o é, de maneira geral, no campo dos estudos urbanos, o que, dentre outras evidências, se expressa nas estruturas dos cursos de pós-graduação do campo do planejamento urbano e regional. De outra maneira: há cada vez menos espaço para os estudos quer da perspectiva nacional quer mesmo da escala regional. Tanto que dificilmente se encontram dissertações e teses referidas às macro-regiões e menos ainda à escala nacional³¹.

Poder-se-ia argumentar que há transformações importantes na formação social brasileira que teriam feito ruir os cortes macro-regionais tradicionais; contudo, nem de longe essa assertiva é inteiramente verdadeira na medida em que significaria dizer que o Nordeste, por exemplo, não existe mais. A parcela de verdade existente na assertiva em questão, a de que houve mudanças importantes na realidade expressa no território brasileiro, fruto de múltiplas e complexas determinações, insista-se, não significa dizer que pensar estrategicamente na escala nacional e na macro-regional não faz mais sentido. Uma ‘coisa’ é dizer que há regiões dinâmicas no Nordeste e regiões pobres ou ‘atrasadas’ no Sul e Sudeste, outra, bem diferente, é asseverar que não há mais, insistindo, Nordeste. Felizmente há esforços como os sinalizados pelo recém-criado Ministério das Cidades³² e pelos estudos que levaram à recriação de agências ou organismos de desenvolvimento com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o que, sem prejuízo das estratégias locais e da existência de entes e forças sociais de base locais e federativas, como anotado antes, mostra que mais do que nunca é preciso possuir alguma agenda nacional, como definições macro-regionais articuladas à primeira, e orientadoras para todos os agentes e os poderes com atuação em bases mais locais.

A terceira delas é a de que a visão de que pensar globalmente e de que agir localmente resolve, ao se contrapor aos aspectos a e b, os problemas nelas encerrados, principalmente ao segundo. Entende-se que é insuficiente supor que o fato de se produzirem leituras competentes e avançadas sobre as grandes transformações das economias e sociedades ‘centrais’, e buscar imbricá-las com os

³¹ A esse respeito veja-se a crítica de Cano e Diniz, proferida no seminário do BNDES, “BNDES 50 anos”, intitulada “Questão Regional e Política Econômica Nacional” — texto apresentado no Seminário “Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro”, em 23/19/2002.

³² Sem prejuízo da valorização que, na ausência de uma luta política bem definida, pode levar ao entendimento e prática da associação simplista entre problemática urbana com habitação e saneamento básico, por exemplo.

vários lugares nacionais, resultem inevitavelmente em políticas macrotransformadoras. Insista-se: o pensar globalmente e agir localmente é pouco face aos desafios nacionais que estão postos, ainda mais nos dias de hoje, fato que Weber ensinava, aliás, muito tempo atrás, quando dizia que “(em) última análise também os processos de desenvolvimento são lutas de dominação” (Escritos Políticos 1). De dominação para dentro e para fora, diga-se, daí porque a necessidade de algum macro-projeto nacional de desenvolvimento, até porque as ‘classes’ dominantes brasileiras sempre têm um e, mais do que nunca, o grande capital internacional também (ainda mais nos dias correntes). A menos que se queira ‘tocar a realidade’ da resistência social, nesta quadra da vida mundial, na crença-tese teórica da grande solução internacional. Enfim: desconsiderar a escala macro-nacional é, ao fim e ao cabo, acreditar mesmo na solução micro (?), ou que o projeto macro-nacional de referência surgirá a partir da soma das muitas micro-soluções. Nesses termos, reiterando, embora nenhuma escala seja melhor que qualquer outra, a liquidação da escala nacional é extremamente preocupante, posto que ali questões e conflitos verdadeiramente decisivos se posicionam, tais como: a macro-política econômica, as cadeias produtivas, etc. que, à luz de algumas dessas análises, acabam olvidados³³.

A quarta e última delas é de que o Estado seria um mal, e a busca por soluções locais e pelo planejamento não governamental inescapável. De fato, na perspectiva marxista, o Estado é sempre expressão de dada relação de classe; mas, assim sendo, resulta que tanto há espaços para a luta progressista, como se mostra sem sentido deixar de lado o Estado e o Planejamento Nacional. E mais: uma ‘coisa’ é criticar o Planejamento Governamental Autoritário e valorizar o planejamento público, e outra, bem diferente, é desconsiderar o planejamento governamental. Entende-se aqui que se tanto direita quanto esquerda o atacam de maneira pesada, ainda que não concertada, ele acaba sendo desnecessariamente tornado frágil, quando o que cabe é torná-lo o mais efetivamente possível democrático, público. Como disse recentemente Tavares,³⁴ virou moda jogar sobre o Estado Nacional Brasileiro todas as pedras que se têm nas mãos. Entende-se que a fobia da direita e a experiência traumática, para dizer o mínimo, que a esquerda brasileira do século

³³ Conforme o professor Wilson Cano, em banca de tese recente, do prof. Carlos Brandão (Unicamp, 2003), o local virou ‘depósito, à esquerda e à direita.

³⁴ Vide entrevista/palestra da economista com a bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Comunista do Brasil (Pc do B) na Câmara dos Deputados, no mês de maio de 2003.

XX³⁵ teve com o Estado, que tudo sabia e resolveria, não deve levar ao reforço da estranha ‘aliança’ já referida, dado que no mais das vezes ela é inconsciente. Por conseguinte, entende-se que é preciso afirmar em seu âmbito um projeto nacional de referência, de base social ampla, posto que assim, e apenas assim, mobilizar-se-ão corações e mentes na luta para a definição de um dado padrão de desenvolvimento voltado para o crescimento econômico, para a geração do emprego, para a distribuição da renda e da riqueza, para a democracia e a defesa dos interesses nacionais das maiorias populacionais. Não dá para fazer isso sem Estado Nacional e sem Planejamento (econômico, mas não apenas).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: há ainda um diálogo possível entre os neodesenvolvimentistas’ e planejadores urbanos progressistas

Antes de buscar construir as ‘pontes’ possíveis entre neodesenvolvimentistas e parcela dos planejadores urbanos progressistas aqui considerados, gastar-se-á, a contragosto, mas por ser inevitável, um pouco de vela com o finado pensamento neoliberal que, apesar de tudo, não desencarna. É mais do que compreensível que ele tenha o tema desenvolvimento econômico nacional e os ‘desenvolvimentistas’ como os seus adversários-interlocutores. Mais do que os marxistas, eles se incomodam, e sobretudo, com os autores que ‘beberam’ criticamente em Keynes. Por que? Porque esse autor mostra (não sendo marxista, como se sabe) que há tensões internas (para usar a expressão contradições e antagonismos, mas em acordo com o léxico marxista) ao sistema capitalista e que não há exegese às virtudes do mercado que possa salvá-lo de, vez por outra, ‘produzir’ monumentais crises, dada a sua inerente instabilidade. O fato é que, queiram ou não os neoliberais, apesar dos limites (também) apontados por Keynes acerca das políticas governamentais, sejam elas fiscais ou monetárias, não há saída para o capitalismo: ou o Estado ou a entropia social e econômica.

Partindo do sucesso do capitalismo no pós-guerra, uma vez atribuído às políticas governamentais pró - ativas de demanda, quando advém a crise sistêmica ao final dos anos sessenta, passando pelos setenta e, principalmente, nos oitenta e noventa, a nova direita econômica tributa-a a Keynes e às políticas de gasto público

³⁵ Notadamente a que se viu defrontada com o Estado Novo (1937-45) e com o golpe político-militar de 1964 (que se estendeu, grosso modo, até 1986).

(incluindo o Estado do Bem-Estar Social), sob a racionalidade, também velha de guerra, que o problema derivaria exatamente da intervenção do Estado que impediria que o sistema de preços, em livre concorrência, produzisse a melhor aplicação possível dos recursos e, conseqüentemente, o melhor bem-estar social também possível (POSSAS, 2002). O ataque que começou com os monetaristas, nos anos setenta, Milton Friedman à frente, prosseguiu com os teóricos das expectativas racionais nos anos oitenta e, finalmente, ganhou sua plena hegemonia teórica, ideológica e política com o chamado Consenso de Washington.

A partir daí o tema desenvolvimento nacional, porque imbricado com Estado e Planejamento, logo, por expressar uma lógica de funcionamento do capitalismo na contramão do liberalismo econômico, passou à posição subordinada, erigindo-se ao primeiro plano o tema das reformas (desmonte das regulamentações comerciais e financeiras, principalmente essas últimas; busca alucinada pela flexibilização das relações contratuais trabalhistas, sob o argumento da necessidade de aumentar a competitividade, quer das empresas quer dos países; etc.) e a obsessão com a conjuntura econômica, notadamente com o combate à inflação. Enfim: procurou-se apagar da agenda pública tudo que estivesse referido ao padrão anterior de desenvolvimento, capitalista. Bem, como não há mal que sempre dure, anuncia-se que ao final de todas as reformas o crescimento econômico seria inexorável, dado o estrito controle corrente das variáveis econômicas da conjuntura.³⁶

A hora e a vez da união progressista: tarefa histórica

Devido às críticas aos novos liberais que dominaram a cena nos últimos dez anos e às autocríticas formuladas por antigos desenvolvimentistas restaria apenas uma tarefa histórica, que é teórica, mas também política, qual seja, a de examinar em que medida a união antes anotada poderia ser lograda. No entender deste autor, ela não é difícil, desde que:

³⁶ Vale observar que mencionam explicitamente o termo crescimento, o que é perfeitamente compatível com a racionalidade de mercado. Explicando: quem se desenvolve (ou não) são países e, segundo o novo léxico inventado, eles, os países, agora, seriam classificados segundo taxas de risco (relativas às aplicações dos novos piratas internacionais denominados incorretamente de investidores) como mercados, emergentes, por exemplo. Vale dizer um país galgaria a posição de mercado emergente a depender da taxa de risco sinalizada por tais agências para os agiotes financeiros internacionais. País, ora país! Sua história, ora sua história!. Nada disso mais importaria!

- a) seja possível generalizar-se entre os neodesenvolvimentistas a aceitação de que os micro-lugares e micro-processos são importantes (o que não quer dizer que eles o são mais que a visão mais holística e menos recortada sócio-espacialmente);
- b) planejadores urbanos progressistas aceitem que a perspectiva histórico-estrutural, e a visão mais holística e em escala nacional são importantes (porém, mais que a consideração dos micro-lugares e processos);
- c) os neodesenvolvimentistas aceitem que o planejamento governamental e o Estado Nacional são insuficientes para a sustentação política de um macro-projeto estratégico de referência;
- d) planejadores urbanos progressistas aceitem que a simples consideração do desenvolvimento e poder local são necessários, mas insuficiente para uma ação mais conseqüente;
- e) planejadores urbanos progressistas aceitem a imprescindibilidade da adoção de uma visão histórico - estrutural e holística que lhes domestique' à vontade/urgência em intervir de forma pontuada, até porque o todo não resulta do simples 'somatório das partes', sejam eles os lugares, as políticas e as vontades de transformação social;
- f) por fim, planejadores urbanos progressistas e os neodesenvolvimentistas 'progressistas' aceitem que é preciso definir uma nova estrutura institucional³⁶ e macro-nacional de planejamento que seja suficientemente flexível de modo a incorporar e valorar temas e sujeitos nas mais variadas escalas (ARAÚJO, 1997), tanto mais se considerada a força hodierna do capital, em escala mundial, e seus notórios e perversos efeitos ao nível do aprofundamento da desigual distribuição da renda e da riqueza (FICAI, 1999), e da construção da cidadania.

REVISITING THE NATIONAL ECONOMIC DEVELOPMENT
THEME: the liberal economists and progressist urban planners in question

ABSTRACT

The discussion about the national economic development theme, focusing its importance for the knowledge of the projects of the future in light of which deals with the definition of the great paths to be followed by the Brazilian society, according to two analytical ways: its historic-structural perspective and its national scalar delimitation. In second place, the article examines, from a left's version, its main problems, adding in this point some analytical advances (in this moment critics from the progressist urban planners are excluded). In third place, the critics elaborated by the progressist planners that, finally, are in agreement with the ones made by the intellectuals, that denominate neodevelopmentists, are considered. At last, three analytical movements are proceeded: the critic of the mentioned intellectuals to urban progressist planners; the critic of the progressist planners' interaction with the liberal economists; and the need for this alliance's break, being substituted by the 'creation of a way' that approximates the urban progressist planners and the intellectual neodevelopmentists.

Keywords: Economic development. Liberal economists. Urban planners.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7., Recife, 1997. **Anais...** Recife: ANPUR, 1997.
- BRAGA, J. C. S. A financeirização da riqueza. **Economia e Sociedade**: Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, Editora da Unicamp, n. 2, p. 25-58, ago. 1993.
- BRANDÃO, C. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. 2003. Tese (Livre Docência). Rio de Janeiro: IE/Unicamp, 2003.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-70**. São Paulo: Global; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CANO, W.; DINIZ, C. C. Questão regional e política econômica nacional. In: PAINÉIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, Rio de Janeiro: Seminário 50 anos de BNDES, 2002.
- CARDOSO, F. H.; FALLETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARDOSO DE MELLQ, J. M. **O capitalismo tardio**, 10. ed. Campinas: Unicamp, 1987. (30 anos de Economia — Unicamp).
- _____. Consequências sociais do neoliberalismo. **Economia e Sociedade**: Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, Editora da Unicamp, n. 1, p. 59-68, ago. 1992.
- FIORI, J. L. Estado e federalismo: globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 295-311, 1994.
- _____. Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 15, n. 2, 1994.
- _____. Introdução: de volta à riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRANK, A. G. Capitalism and underdevelopment in Latin America. **Monthly Review Press**, Nova York, 1970. Mimeografado.
- _____. Latin America: underdevelopment and revolution. **Monthly Review Press**, Nova York, 1970. Mimeografado.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade: Revista do IE/Unicamp,** Campinas, n.1, p. 5-20, ago. 1992.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas.** São Paulo: Hucitec, 1977.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1982.

LENIN, V. 1. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1985.

MARINI, R. M. Dialética de la dependência: la economía exportadora. **Sociedade y Desarrollo**, n. 1, 1972. Mimeografado.

MARX, K. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOORE JÚNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** Lisboa: Edição Cosmos, Livraria Martins Fonte, 1967.

NABUCO, J. **Um estadista do Império**, 1. São Paulo, 1936. Mimeografado.

OLIVEIRA, F. de. **A questão regional brasileira: a hegemonia inacabada.** Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 7, n. 18.

POSSAS, M. Concorrência schumpeteriana. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial.** Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 415 - 429.

PRADO JÚNIOR. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.** Buenos Aires, 1949. Mimeografado.

RICARDO, D. **Princípios da economia política e da tributação.** Portugal: Calouste Gulbenkian, 1965.

SANTOS, T. dos. **Dependencia y cambio social.** 2. ed. Santiago: Universidade de Chile, 1970. (Cuadernos de Estudios Sócio- Económicos).

- SANTOS, T. dos. The structure of dependence. **American Economic Review**, 1970.
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil (1500-1 820)**. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____. **A indústria face à economia nacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937.
- TAVARES, H. M. Observções sobre a questão regional. **Cadernos IPPUR**, ano 2, n. 1, jan./abr., 1987.
- TAVARES, M. C. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. **Economia e Sociedade: Revista do Instituto de Economia de UNICAMP**, Campinas, Editora da Unicamp, n. 1, p. 21-58, ago. 1992.
- _____. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Unicamp, IE, 1998. (30 anos de Economia, Unicamp, 8).
- _____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- WEBER, M. **Escritos políticos I**. México: Fólíos Ediciones, 1982.